



Propaganda Política da Urna Eletrônica: Um Panorama das Ações de Comunicação do TSE na Construção de Imagem do Voto Informatizado no Brasil¹

Roberto Gondo MACEDO²

Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo – SP / Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo – SP / Faculdade de Mauá, São Paulo - SP

RESUMO

Implantado em caráter de amostragem no ano de 1996, o sistema eletrônico de votação brasileiro evoluiu nas duas últimas décadas em diversos aspectos, principalmente os relacionados à tecnologia e à propaganda da Urna Eletrônica. O objetivo do artigo é apresentar um panorama das principais estratégias de comunicação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o estímulo e conscientização dos eleitores brasileiros na adoção do sistema informatizado de votação, tanto em ações com o objetivo de compreensão do uso do equipamento eletrônico, como na promoção e construção de uma imagem sustentável quanto à idoneidade do equipamento, como agente integrador da tecnologia com os pilares democráticos aplicados em pleitos eleitorais. É apresentada a estrutura logística de comunicação baseada em relatos e materiais da seção “Acervos Especiais” do TSE.

PALAVRAS-CHAVE

Urna Eletrônica; Propaganda Política; Democracia; Publicidade Eleitoral; Voto.

INTRODUÇÃO

A democracia, em sua égide histórica, conviveu em harmonia com a evolução do homem e da sociedade, nas organizações sociais, culturais, econômicas e políticas, embora o conceito democrático tenha sofrido em muitos momentos históricos, afrontas ditatoriais com processos hostis que inibiram o direito universal de liberdade de escolha e expressão em nações e etnias.

A evolução tecnológica trouxe consigo benefícios para a produção industrial nas últimas décadas, acentuada a partir da década de 70, mas também desenvolveu nos

¹ Trabalho apresentado no DT 2 – Publicidade e Propaganda, GP Publicidade – Propaganda Política, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, com linha de pesquisa em Propaganda Política, Mestre em Administração Pública, MBA em Marketing e Especialista em Direito Educacional. Atua como docente Lato Sensu na Universidade Metodista de São Paulo e Universidade Presbiteriana Mackenzie, docente em cursos de graduação na Faculdade de Mauá – FAMA e CEETEPS, todos no estado de São Paulo. É Diretor Editorial da Sociedade Brasileira de Pesquisadores e Profissionais de Comunicação Política – POLITICOM. Email.: roberto.macedo@mackenzie.br



últimos vinte anos uma condicionante de dependência da tecnologia por parte dos mais variados grupos sociais, e conseqüentemente, no cotidiano dos seus indivíduos. A velocidade da informação cresce exponencialmente e a necessidade de adaptação dos sistemas atuais é fato, e supostamente, necessidade competitiva.

A revolução da tecnologia da informação foi essencial para a implementação de um importante processo de reestruturação do sistema capitalista a partir da década de 1980. No processo, o desenvolvimento e manifestações dessa revolução tecnológica foram moldados pelas lógicas e interesses do capitalismo avançado, sem se limitarem às expressões desses interesses. O sistema alternativo de organização social presente em nosso período histórico, o estatismo, também tentou redefinir os meios de consecução de seus objetivos estruturais, embora preservasse a essência desses objetivos: ou seja, o espírito de reestruturação. (CASTELLS, 1999, p. 50).

Na visão eleitoral, o Brasil se posicionou nos últimos quinze anos como uma das referências mundiais no quesito de informatização do sistema de votação eleitoral, por intermédio da urna eletrônica e seu sistema logístico de distribuição e apuração de votos.

Apesar de estável e respeitado pelos organismos gerenciadores de sistemas eleitorais pelo mundo, ainda muitas premissas são levantadas a respeito da integridade e veracidade do sistema, transitando pelas extremidades que se aderem ao fundamento ideológico da imagem constituída do direito do voto, até a visão pragmática do modelo de implantação tecnicista.

A busca por um sistema eleitoral que apresente qualidade, integridade e eficácia é objeto de pesquisa em diversos países pelo mundo. Escolher a melhor forma de explicitar e gerenciar uma eleição, independente da esfera em que ocorra é um passo diretamente relacionado com o histórico político do país, bem como seu sistema político vigente.

O Brasil passou por vários modelos eleitorais em sua trajetória histórica, muitos deles adaptados com a realidade territorial, pois um fator relevante na adoção de um sistema eleitoral é a capacidade de integrar as regiões pertencentes à votação e distribuição logística dos protocolos de voto.

Desde 1996, o Brasil vivencia uma nova realidade quanto ao processo eleitoral, visto que a evolução tecnológica é fator intrínseco nos segmentos da sociedade. A implantação do sistema do voto eletrônico vem com a base da modernidade no procedimento estrutural nacional e traz consigo um arcabouço de questionamentos, análises e versões quanto ao seu desempenho.



Todavia, apesar de aparentemente o sistema eleitoral brasileiro só receber elogios diplomáticos e boas avaliações dos grandes veículos de comunicação massiva, o assunto tecnologicamente ainda é envolto por correntes contrárias ao modelo que está em funcionamento atualmente, implantado pela última vez nas eleições municipais do ano de 2008.

O Tribunal Superior Eleitoral, por intermédio de sua estrutura organizacional priorizou na última década promover ações de comunicação que fomentassem o conceito de credibilidade do sistema de votação eletrônica, gerindo campanhas publicitárias nacionais e implantação de estratégias mercadológicas, no que tange o ambiente social e político.

Criou estratégias no âmbito da comunicação que pudessem atingir, no senso de conscientização e aceitação do sistema de votação eleitores dos mais diversos perfis comportamentais, culturais e graus de compreensão quanto ao novo sistema. Desenvolveu uma rede de ações mercadológicas institucionais que promoveram nas últimas duas décadas uma construção sustentável da imagem de credibilidade da urna eletrônica no Brasil e demais países de cunho democrático.

SISTEMA ELEITORAL BRASILEIRO

O sistema eleitoral brasileiro é mantido e gerenciado pelo Tribunal Superior Eleitoral, situado na capital brasileira, com braços operacionais distribuídos pelas federações nacionais, com a nomenclatura de Tribunal Regional Eleitoral.

Cabe a cada estado promover auditoria, controle e fiscalização em seu território zelando pelo bom andamento do sistema de votação, cadastramento e fomento às eleições realizadas bienalmente, com alternância de eleições para Prefeito e Vereadores, e em outro momento, para Deputados Estaduais, Federais, Senadores, Governadores e Presidente da República.

Com relação ao papel da Justiça Eleitoral, vale ressaltar Jobim (2005, p.17)

É importante notar, em nossa trajetória, que começamos com a exigência de uma idade mínima de 25 anos e renda de 100 mil réis para chegar, hoje, ao voto obrigatório para maiores de 18 anos, facultativo para maiores de 16. A questão relativa à maioria, ou melhor, à cidadania eleitoral ativa é assunto praticamente resolvido. Marginalmente tenta-se pautar a discussão sobre a manutenção da obrigatoriedade do voto, assunto que considero inoportuno, pois claramente se percebe que a população quer votar. A população vota.

O sistema eleitoral brasileiro, de forma mais acentuada no período posterior à redemocratização brasileira ocorrida nos idos dos anos 80, promove como cerne de



discussão e garantia de direitos o conceito da cidadania eleitoral. Por diversos momentos na história eleitoral, a cidadania relacionada ao direito de escolha de seus representantes ficou ofuscada por atitudes centralizadoras de pequenos grupos de interesse político, os quais criavam mecanismos que propiciavam condicionamento do voto, popularmente conhecido como “voto de cabresto”, que por intermédio de ameaças e hostilizações, o eleitor era direcionado a determinado candidato, mesmo sem a sua real vontade de escolha.

Apesar da fiscalização da Justiça Eleitoral para o completo extermínio dessa prática, a pressão e as ameaças para direcionamento do voto ainda ocorrem na contemporaneidade, devido à população brasileira possuir grande representatividade de eleitores em más situações de trabalho, baixo grau de instrução e em muitos casos desinteresse na participação ativa na escolha de seus representantes.

No sistema eleitoral no período anterior ao Estado Novo e no momento intermediário com o fim do regime de Vargas até o início da ditadura militar de 1964, o sistema de apuração de votos era susceptível a fraudes, devido à fragilidade logística e de controle cadastral dos eleitores. As cédulas eram de papel, com certa facilidade de manipulação de resultados.

O episódio eleitoral, em lapsos regulares, à base de um sufrágio universal, estruturado como competição entre diferentes programas institucionalmente representados e livres para apresentar-se publicamente, serve para garantir que o poder político não se torne um quinhão estável dos que o exercem. O poder político que se torna patrimônio de um grupo é expropriado da esfera civil, que sobre ele perde o controle que lhe é de direito num sistema democrático. As eleições têm o propósito de fazer com que o poder político retorne aos cidadãos para que, de tempos em tempos, possam, de novo, o atribuir a outros sujeitos e posições de disputa. (GOMES, 2008, p. 127).

Em momentos históricos do sistema eleitoral brasileiro, o voto não era secreto, o que reportava a uma condicionante mais acentuada para manipulação de votos e resultados. Na estruturação da Justiça Eleitoral, por um longo período o seu quadro funcional era deficitário, o sistema começou a se estruturar com maior eficácia na década de 80, quando equipes de trabalho direcionadas as atividades eleitorais eram selecionadas e capacitadas com o objetivo de inibir potenciais fraudes.

Até esse momento as eleições eram trabalhadas contando com quadros de colaboradores designados pelos prefeitos dos municípios, o que tornava o trabalho difícil de impedir más intenções de grupos interessados em manipular resultados e influenciar no processo de cadastramento eleitoral.

Foi só recentemente que a qualificação do eleitor passou a ser ato da Justiça Eleitoral [...] Atualmente, a qualificação eleitoral está mais aperfeiçoada, ainda



que persista bastante reduzida, a possibilidade de fraude. O eleitor pode votar sem o título, basta que se identifique que seu nome seja conferido na listagem e que o número (em mãos da mesa) que lhe corresponda seja acionado para a abertura da urna. Se houver convivência da mesa, outra pessoa (ou até um mesário) pode votar em seu lugar. (JOBIM, 2005, p.19).

O conceito democrático requer estrutura necessária para o seu fortalecimento e fundamentação, pois isso, o papel da Justiça Eleitoral em qualquer país adotante do sufrágio do voto direto deve observar e criar mecanismos para estimular a importância da participação popular no processo.

No Brasil de hoje, a perda da memória institucional é fato muito grave, em todos os níveis de escolaridade, percebe-se uma descontinuidade, um hiato muito grande na memória institucional. De duas ou três décadas para cá, formou-se no Brasil uma visão muito negativa do passado histórico, como se nada jamais tivéssemos criado de útil, e, especialmente, nenhuma instituição importante. Há ceticismo a respeito de todas as instituições. É claro que há razões para isso, mas o prisma histórico, recolocando as instituições e na formação das democracias na devida perspectiva evolutiva. (LAMOUNIER, 2005, p.37).

Ainda em uma análise do impacto democrático societal, Habermas (1994, p, 362) descreve em uma visão contemporânea

de acordo com a teoria do discurso, o sucesso da política deliberativa depende não de uma ação coletiva da cidadania, mas da institucionalização dos procedimentos e das condições correspondentes da comunicação, assim como da interconexão de processos de deliberação institucionalizados com opiniões públicas desenvolvidas informalmente.

Segundo essa lógica, esse processo reflexivo aplicado prejudicaria um ambiente democrático harmonioso, pois processos de decisão política destruiriam a base de seu funcionamento no caso de bloqueamento de fontes espontâneas das esferas públicas autônomas ou no desligamento dos aportes provenientes da flutuação livre de questões.

O VOTO ELETRÔNICO

O sistema de votação eletrônico, apesar de aparentemente ser um processo simples e implantado na maioria dos países democráticos, ainda gera controvérsias com relação a sua funcionalidade e veracidade nas transparências das informações.

A primeira manifestação da Justiça Eleitoral relacionada à aplicação tecnológica no processo de eleitores não ocorreu apenas em 1996, quando a implantação por amostragem da urna eletrônica ocorreu. Em 1986, ainda no início da Informática no mundo, o Brasil foi um dos países pioneiros a fomentar a informatização e integração de informações nos bancos de dados dos eleitores brasileiros.

Obviamente que concomitante com o processo de cadastramento e organização da estrutura eleitoral, o objetivo intrínseco do órgão federativo era contribuir no



combate a fraudes relacionadas ao cadastramento de pessoas com documentos falsos, ou até mesmo, o uso de cédulas de votação e títulos de pessoas já falecidas.

Com relação ao cadastramento eleitoral de 1986, Neves (2005, p. 149) relata

A partir daquele momento passamos a ter um banco de dados seguro, um banco de dados confiável, cujos registros eram regularmente conferidos para evitar duplicações, respeitando e seguindo os procedimentos que impedem, por exemplo, que alguém se inscreva como eleitor na Bahia, no Amapá ou no Maranhão. Antes era bastante difícil descobrir essa fraude. Hoje, com o sistema todo integralizado, não há mais essa possibilidade. Claro que não exclui a possibilidade de ainda ser tentada a falsa inscrição. Mas a dupla inscrição, aquela que é feita apenas com a apresentação dos documentos verdadeiros em dois cartórios eleitorais ficou muito mais difícil.

Nos anos sequenciais ao mandato de José Sarney, o Brasil vive em um período democrático no que se refere no pleito de escolha de seus representantes. A década de 90 trouxe uma grande novidade na história do voto no Brasil: as urnas eletrônicas. Em 1996, elas foram utilizadas pela primeira vez nas eleições municipais e, em 2000, foram introduzidas em todo o País.

Michel et al (2004, p.147) “acredita que essa nova experiência trouxe mais confiabilidade ao processo eleitoral, agilizou a apuração, e o que é melhor: reduziu significativamente ou praticamente eliminou as fraudes”.

Hoje, há um consenso entre os historiadores e as autoridades ligadas à questão eleitoral de que o sistema brasileiro é um dos mais avançados do mundo. Na visão de Silva (2002, p.32) “um exemplo disso é que observadores dos Estados Unidos vieram ao País para aprender sobre o voto eletrônico”.

A parceria entre a Justiça Eleitoral e a Informática permitiu resultados quanto à otimização de tempo e eficácia de uma eleição. O Cadastro Único Computadorizado de Eleitores permitiu a consulta de informações sobre qualquer eleitor dentro do território nacional. Isso possibilitou à Justiça Eleitoral identificar inscrições duplas, triplas ou múltiplas de eleitores e eliminá-las gradualmente.

Em seguida, veio à totalização de resultados por meio do computador. A totalização é a soma dos números finais de cada urna para saber o eleito em cada município, estado ou no País. Antes essa soma era feita à mão, e, posteriormente, com o auxílio de máquinas de calcular. No entanto, esse tipo de manuseio resultava, algumas vezes, em erros de soma (propositais ou não), que distorciam o resultado de toda uma eleição.

Segundo Monteiro et al (2001) “em 1996, o processo de votação e de apuração torna-se 100% eletrônico, ou seja, com a menor interferência humana possível. Com a urna eletrônica, o eleitor digita diretamente o número do candidato



escolhido no teclado próprio, semelhante ao de um telefone comum. O voto é armazenado em um disquete que fica no interior de cada urna, cujos dados só podem ser acessados através dos computadores do TRE”.

Depois o disquete é levado à central de totalização, de onde os dados são transmitidos, obtendo-se, assim, o resultado final da eleição. A apuração manual - e suas conseqüências que, às vezes, colocava em risco a democracia – foi sendo gradualmente extinta com a urna eletrônica.

Em 1998, todos os municípios com mais de 40.500 eleitores tiveram votação eletrônica, representando cerca de 5,2 milhões de eleitores em Minas Gerais (distribuídos em 45 municípios) e 57 milhões de eleitores no País (537 municípios). Já em 2000 houve a primeira eleição 100% informatizada em todo país.

De um total de 5.561 municípios, as eleições aconteceram em 5.559 cidades brasileiras, com exceção de Brasília, onde não há eleições municipais, e do município de Luís Eduardo Magalhães na Bahia, criado no dia 30 de março de 2000; pela lei, só pode haver eleição este ano nos municípios criados até o dia 31 de dezembro de 1999. Isso corresponde a um total de 109.823.461 eleitores no Brasil.

O desafio do eleitorado nas eleições de 2002 foi digitar na urna seis votos diferentes na seguinte ordem: deputado federal, deputado estadual, senador 1, senador 2, governador e presidente da república. Em 2004, 2006 e 2008 respectivamente a Justiça Eleitoral realizou a aplicabilidade da votação nos moldes de 2000 e 2002.

Com o objetivo de agregar novas informações e técnicas no sistema eleitoral eletrônico, nas eleições de 2008, alguns municípios brasileiros foram escolhidos por metodologia de amostragem para a implantação da urna eletrônica biométrica, com o objetivo de garantir maior eficácia no momento de validação do eleitor nas seções eleitorais.

O sistema de identificação biométrica é realizado por intermédio de validação de usuário, no caso de eleitores. Para que o processo funcione corretamente, é necessário o armazenamento prévio do eleitor com suas impressões digitais e foto para que, posteriormente haja a identificação no momento da eleição.

Atualmente o sistema de validação do eleitor é realizado por apresentação do título de eleitor ou qualquer outro documento de instâncias legais com foto, sendo a identificação feita pelo mesário, o qual acessa a lista prévia preparada pela Justiça Eleitoral com o objetivo de entrega do comprovante de votação e assinatura do mesmo.

Caso o projeto vingue, além de colocar o Brasil na dianteira dessa tecnologia, poderá tirar de campo mais de 1,5 milhão de mesários - os eleitores convocados para trabalharem em dias de eleição. Num cenário esperado pelo TSE, só fiscais



do próprio tribunal seriam responsáveis pelas seções. A nova urna impedirá, por exemplo, que mesários corruptos assinem a lista de presença no lugar de pessoas que não compareceram no dia da eleição e, de posse dos dados, votem por elas. O Brasil possui hoje 432.630 urnas eletrônicas. Segundo o TSE, o custo de implantação do sistema não será bilionário como se espera em casos de nova tecnologia nesses processos. O software é desenvolvido pelos técnicos brasileiros, e a inserção do leitor digital no aparelho ficará a um custo de R\$ 30 por urna. Dentro desses cálculos, um investimento esperado em torno de R\$ 13 milhões só para a implantação. (MAZZINI, 2007).

Os municípios escolhidos para a primeira implantação de testes foram: São João Batista, em Santa Catarina, Fátima do Sul, em Mato Grosso do Sul e Colorado do Oeste, em Rondônia. O objetivo é que nas próximas três eleições, isto é, nos próximos seis anos, a implantação possa ocorrer em âmbito nacional.

Para as eleições de 2010, o objetivo do TSE é ampliar a amostragem, portanto em 19 estados da federação, 51 municípios realizam o recadastramento de eleitores, procedimento necessário para viabilizar o cômputo biométrico do eleitor. Em 2010, o Tribunal Superior Eleitoral vai cadastrar um milhão de eleitores no novo sistema. “As grandes capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte ainda não vão utilizar a urna biométrica nas eleições”. (DIREITO, 2010).

De maneira gradativa, como procedimento adotado nas demais implantações tecnológicas do TSE quanto ao sistema de votação e à urna eletrônica, a escala biométrica de validação do eleitor deverá tornar-se disponível em sua totalidade nos próximos três pleitos eleitorais, integrando seis anos de adequação.

AS AÇÕES DO TSE PARA O FOMENTO DO SISTEMA INFORMATIZADO

Uma contribuição salutar no processo de pesquisa acadêmico, foi a visita presencial ao TSE, situada no Distrito Federal, mais precisamente na Praça dos Tribunais.

A organização, com objetivo de preservação do acervo cultural para a comunidade acadêmica e para a população em geral, mantém em acesso público o museu do voto e uma seção intitulada de “acervos especiais”, responsável por armazenar e disponibilizar peças publicitárias utilizadas no país nas campanhas de orientação e institucionais do sistema eletrônico de votação.

Por intermédio de vídeos institucionais, materiais impressos e peças de promoção em eventos promovidos pelo TSE, há um arcabouço rico em detalhes de como funcionou e funciona a distribuição e aplicação da comunicação para com a população.



É possível identificar dois braços de trabalho comunicacional nas ações e planejamentos do TSE, de modo mais acentuado nas duas últimas décadas. O primeiro adotado é de caráter institucional, com objetivo de orientação da população votante quanto a utilização do equipamento de votação eleitoral.

No ano de 1996 e 1998, com as duas primeiras eleições com a utilização em escala de amostragem do equipamento da urna eleitoral, os municípios que seriam envolvidos com o novo sistema promoveram ações nas comunidades e centros comerciais via Cartórios Eleitorais, ações promocionais com espaços montados para simulação e interação dos eleitores com o novo equipamento.

A estrutura organizacional do TSE corrobora na distribuição de tarefas em âmbito federativo, visto que os procedimentos e políticas de implantação são encaminhados aos Tribunais Regionais Eleitorais, que possuem autonomia para adequar as normatizações de acordo com as necessidades de seus municípios envolvidos.

Os Cartórios Eleitorais estabelecidos nos municípios, por sua vez, conduzem a campo as ações e operacionalizam equipes, equipamentos e fomentam a divulgação na comunidade local. Dentro desse contexto, apesar do Brasil possuir grande territorialidade e densidade populacional exarcebada, a estrutura de diretrizes no órgão de representação estudado consegue obter êxito na viabilização das ações de propaganda.

Em segundo momento, de forma mais relevante e agressiva, a partir das eleições de 2000, que integraram todas as zonas eleitorais do país, o foco do planejamento estratégico comunicacional foi de promoverem a construção da imagem do sistema eletrônico de votação, criando um ambiente de credibilidade e idoneidade de votação nos pleitos eletivos.

Para a produção de campanhas publicitárias e de propaganda, o TRE convoca por intermédio de licitações públicas, agências de publicidade e comunicação de todo o país para a produção de campanhas nacionais que contribuam com diretrizes e coordenadas regionais, tendo como escopo a promoção institucional das ações durante todo os anos, na coordenação do processo eleitoral em momentos adicionais, às eleições propriamente ditas.

Segundo relatos de integrantes da equipe de acervos especiais do TSE, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país exigiram de seus Tribunais Regionais maior atenção quanto a fase de orientação de utilização da urna eletrônica, principalmente



pelas respectivas regiões apresentarem baixo grau de instrução e acentuada dificuldade de políticas para inclusão digital.

As regiões Sudeste e Sul também foram responsáveis por políticas de conscientização através de campanhas de publicidade e propaganda da urna como instrumento político do voto.

Posterior a 2002, nas eleições presenciais, as ações de comunicação ficaram direcionadas a promover o sistema eletrônico de votação brasileiro como um instrumento colaborativo da transparência democrática. Como ação de interação internacional, desde a primeira implantação das urnas eletrônicas, nos dias de eleição, várias delegações de especialistas em eleições e técnicos de outros países acompanharam a dinâmica do processo de eleição e apuração dos votos.

Apesar do processo apresentado pelo TSE, a urna eletrônica gerou muitas manifestações contrárias ao seu funcionamento, principalmente no que tange a ausência de comprovante impresso no momento de votação, característica essa presente no projeto original, porém retirado dos planos de implantação posteriores, decorrentes, segundo relatos de documentos oficiais, pelo alto número de quebras e problemas com as impressões, dificultando o processo logístico e de operacionalização da votação.

Nesse sentido, de modo estratégico, as ações de comunicação para o fomento da credibilidade do sistema de votação criavam mecanismos de combate a essas correntes contrárias ao método, buscando constantemente fortalecer a imagem do sistema de votação brasileiro, e conseqüentemente, o trabalho do poder judiciário, representado nessa instância pelo TSE e sua rede nacional.

Para as regiões brasileiras com maior dificuldade de acesso a mídias eletrônicas, como a Internet, TV e, em muitos casos o rádio, o material impresso é muito utilizado, visto que oferece maior facilidade de acesso e conscientização.

Um dos pontos facilitadores apresentados pelos responsáveis pelo acervo quanto ao escoamento do material institucional é a qualidade atual dos serviços de entrega dos correios, principalmente os de entrega rápida, como o SEDEX, pois permitem maior dinâmica de entrega em regiões onde existe a dificuldade de impressão do material em gráficas regionais.

Esse recurso de impressão regional permitiu uma maior dinâmica no processo operacional, mesmo porque, alguns municípios em estados com características periféricas e de baixa instrução de seus eleitores, principalmente os situados em zonas



rurais, a qualidade do material de propaganda não poderia ser de alta qualidade, com o objetivo de inibir o eleitor local da real acessibilidade do novo modelo de voto.

Em contrapartida, a qualidade do material e estratégias de abordagem nas equipes presenciais em centros urbanos eram maior, visto a necessidade de compreender o grau de exigência dos eleitores. Para os centros urbanos, as mídias eletrônicas funcionam com maior eficácia do que as ações impressas, devido a facilidade de acesso a recursos eletrônicos e interativos.

Como a evolução dos recursos tecnológicos é constante, o TSE objetiva manter em constante atualização suas estratégias de comunicação e propaganda no cenário político, visto a necessidade de manter a imagem construída nas últimas décadas, de modo mais explícito, desde a implantação do sistema eletrônico de votação.

É perceptível o cuidado do órgão jurídico eleitoral manter um claro posicionamento quanto a credibilidade e lisura do processo de eleições, com cuidados principais em não ser compreendido na concepção do eleitor, como um mecanismo auxiliar dos poderes executivo e legislativo, alvos de inúmeros escândalos nos últimos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descrever as campanhas publicitárias realizadas pelo TSE no decorrer dos anos é uma ação que deve transcender não apenas a compreensão cidadã, mas sim, analisar o comportamento organizacional e mercadológico de um produto destinado à democracia brasileira, que é o sistema eletrônico de votação.

Portanto, é dever científico apurar os dois lados de uma situação problema e objeto de pesquisa. Explorar positivamente sobre o sistema eletrônico de votação brasileiro pode ser considerado um ato nacionalista, visto que o sistema eletrônico brasileiro já foi honrado com diversos prêmios que homologam sua eficácia e integração de dados em um ambiente eleitoral secreto de apuração de votos.

Porém é notório lembrar que, em um universo envolto a tecnologia e comunicação em tempo real, contarem com um problema lógico em sistemas de informação ou aberturas e fragilidades em uma estrutura informatizada, é uma situação normal e corriqueira em diversos segmentos da sociedade.

O grande cerne de discussão nacional seria expor e discutir os principais entraves técnicos que envolvem o sistema eleitoral brasileiro e sua máquina de votar eletrônica.



Com base em fundamentação teórica coletada e disponibilizada por literaturas impressas e eletrônicas, o assunto deixa de ser apenas boato e ataques de inveja de um modelo eleitoral funcional, mas permeia uma preocupação iminente de diversos atores sociais com notório conhecimento e titulações científicas correlacionadas ao campo de Humanidades e Exatas aplicadas.

As ações de comunicação política e imagem pública desenvolvidas pelo TSE se mostram eficazes no sentido de conscientização do modelo de votação para a sociedade brasileira, principalmente na relação de compreensão da forma eletrônica de votação, bem como a estrutura de escolha dos candidatos, com base numérica.

Divididas de modo estratégico, as abordagens de conscientização do eleitor com relação ao sistema eleitoral em todo o país, desde 1996, demonstrou eficiente no que tange a absorção do mecanismo eletrônico como uma ferramenta cotidiana dos pleitos eleitorais.

As campanhas publicitárias e de propaganda divididas organizacionalmente pelos TRE's e Cartórios Eleitorais conseguem atingir com maior eficácia as comunidades locais, no sentido de produção correta de material promocional da urna eletrônica ou pela importância da participação do voto cidadão e consciente.

A Tecnologia da Informação está em constante evolução, por esse motivo novas métricas eletrônicas serão agregadas ao sistema eletrônico de votação para os próximos anos, como exemplo, é possível citar a implantação gradativa da votação biométrica, instalada e implantada proporcionalmente, com vistas a garantir maior integridade na validação de reconhecimento do eleitor.

A preocupação em manter sustentável a imagem organizacional do TSE e suas atividades é evidente diante das ações promovidas durante os últimos anos e verídica, no sentido das auditorias e licitações participantes do processo, permitindo que o sistema vigente apresente benefícios em demais equipes em outros países do continente americanos e demais regiões do planeta que fomentem e são estruturados no ambiente democrático.



REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manoel. **Sociedade em Rede**. São Paulo. Paz e Terra, 1999.

DIREITO. **Eleições de 2010 terão urna eletrônica em alguns municípios**. Disponível em <<http://www.direito2.com.br/tse/2010/jan/6/eleicoes-de-2010-terao-urna-biometrica-em-alguns-municipios>>. Acesso em 04.jul.2010.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e Democracia**. São Paulo: Paulus, 2008.

HABERMAS, J. Struggle for recognition in the democratic constitutional state. In: GUTMANN, A (Org.). **Multiculturalism**. Princeton: Princeton University, 1994.

JOBIM, Nelson. Origem e atuação da Justiça Eleitoral. In: PASSARELLI, Eliana (Org.). **Justiça Eleitoral: uma retrospectiva**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

LAMOUNIER, Bolívar. A Justiça Eleitoral e o desenvolvimento da democracia: uma perspectiva histórica. In: PASSARELLI, Eliana (Org.). **Justiça Eleitoral: uma retrospectiva**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

MAZZINI, Leandro. **Eleições 2008: Brasil vai estreiar urna biométrica**. Disponível em <<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/00I1931775-EI306,00.html>>. Acesso em 12 nov.2008.

MICHEL et al, Gabriel et al. **Electronic voting for all: the experience of the brazilian computerized voting system**. France: UPA, 2004.

MONTEIRO, Américo; SOARES, Natércia; ANTUNES, Pedro. **Sistemas Eletrônicos de Votação**. Departamento de Informática. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Lisboa, 2001.

NEVES, Fernando. O voto eletrônico. In: PASSARELLI, Eliana (Org.). **Justiça Eleitoral: uma retrospectiva**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

SILVA, Mônica Córrea da. **Voto Eletrônico: É mais seguro votar assim?** Florianópolis: Insular, 2002.